

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS RELACIONADOS AOS  
DIREITOS HUMANOS DOS POVOS QUILOMBOLAS

Alcione Oliveira de Souza<sup>1</sup>  
Karina Silveira de Almeida Hammerschmidt<sup>2</sup>  
Robson José dos Santos<sup>3</sup>  
Tais Martins<sup>4</sup>  
Valéria Cristina Lopes Gallo<sup>5</sup>  
Marcos Leandro Santos Moura<sup>6</sup>

**RESUMO**

Objetivo deste estudo foi analisar as evidências científicas relacionadas aos direitos humanos dos povos quilombolas nas dissertações e teses brasileiras, disponíveis no banco de teses do portal da Coordenação e Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). O método adotado foi pesquisa documental, com caráter retrospectivo e descritivo, buscando as dissertações e teses disponíveis no Portal CAPES. Os resultados possibilitaram compreender as ações voltadas aos direitos humanos, contexto sociocultural que envolve os povos quilombolas. Destaca-se a importância da condução de pesquisas valorizando o aprofundamento teórico e metodológico, fomentando medidas governamentais para proteção à identidade cultural, direitos fundamentais e valores multiculturais dos quilombolas.

**Palavras-Chave:** Quilombola; Comunidade; Direitos Humanos; Identidade Étnica; Direito.

---

<sup>1</sup> **Alcione Oliveira de Souza.** Enfermeira. Graduanda em Direito pelo Centro Universitário do Paraná (UniFesp). Professora Instituto Federal do Paraná (IFPR) Curitiba, Paraná (PR), Brasil. Membro do Núcleos de Estudos Afro brasileiros e Indígenas (NEABI) IFPR. Mestre *Stricto Sensu* em Promoção da Saúde. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro do GMPI-UFPR - Curitiba (PR) Brasil. E-mail: [alcione.souza@ifpr.edu.br](mailto:alcione.souza@ifpr.edu.br) ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3193-3642> Telefone: (41-3535-1651).

<sup>2</sup> **Karina Silveira de Almeida Hammerschmidt.** Enfermeira. Graduanda em Direito Centro universitário FAE, campus Curitiba - PR. Professora Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Enfermagem Universidade Federal do Rio Grande. Mestre em Organização e Desenvolvimento (UNIFAE). Mestre em Enfermagem (UFPR). Membro do GMPI-UFPR - Curitiba (PR) Brasil. E-mail: [ksalmeidah@ufpr.br](mailto:ksalmeidah@ufpr.br) ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7140-3427> Telefone: (41-98713-2808).

<sup>3</sup> **Robson José dos Santos.** Juiz de Direito. Rondônia (RO). E-mail: [Robison1801@gmail.com](mailto:Robison1801@gmail.com) ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0003-7642-9006>. Telefone: (81) 9624-2166.

<sup>4</sup> **Tais Martins.** Advogada. Psicóloga. Coordenadora e professora do curso de Direito Unifesp. Curitiba, Paraná (PR), Brasil. Membro do Núcleo de Pesquisa em Direito Constitucional- NUPECONST do Centro Universitário Autônomo do Brasil -Unibrasil/PR. Mestre em Relações Internacionais - Questões Jurídicas Universidade do Sul de Santa Catarina. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em direitos Fundamentais e Democracia. E-mail: [taisprof@hotmail.com](mailto:taisprof@hotmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7494-6961>. Telefone: (41) 999893740.

<sup>5</sup> **Valéria Cristina Lopes Gallo.** Bacharel em direito. Enfermeira do Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Práticas do Cuidado em Saúde pela UFPR. Membro do GMPI-UFPR - Curitiba (PR) Brasil. E-mail: [enf.valeria.gallo77@gmail.com](mailto:enf.valeria.gallo77@gmail.com). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1789-4998>. Telefone: (41) 9988 62612.

<sup>6</sup> **Marcos Leandro Santos Moura.** Bacharel em direito. Investigador da Polícia Civil do Paraná. E-mail: [marcosmourapcp@gmail.com](mailto:marcosmourapcp@gmail.com) ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0008-5366-9249>. Telefone: (41) 9927-1025.

## ABSTRACT

### ANALYSIS OF SCIENTIFIC KNOWLEDGE RELATED TO HUMAN RIGHTS OF QUILOMBO PEOPLE

The objective of this study was to analyze the scientific evidence related to the human rights of the quilombola peoples in Brazilian dissertations and theses, available in the theses database of the Coordination and Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) portal. The method adopted was documentary research, with a retrospective and descriptive character, seeking the dissertations and theses available on the CAPES Portal. The results made it possible to understand the actions aimed at human rights, the sociocultural context that involves the quilombola peoples. The importance of conducting research is highlighted, valuing theoretical and methodological deepening, encouraging government measures to protect the cultural identity, fundamental rights and multicultural values of the quilombolas.

**Keywords:** Quilombola; Community; Human rights; Ethnic Identity; Right

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil os quilombos são formados por agrupamento de 15 ou mais indivíduos, que estabelecem vínculos familiares ou comunitários e pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos. As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionadas (BRASIL, 2013; KOCHERGIN *et al.*, 2020).

Estudos de aspectos sociais e antropológicos demonstram que o Brasil é constituído por população predominante de habitantes com descendência negra africana. Dados do IBGE (2021), confirmam que em relação ao percentual da população brasileira por cor ou raça, baseados em autodeclaração, 9,1% dos brasileiros se consideram pretos e 47,0% como pardos. Porém, mesmo com o elevado percentual, verificam-se registros de ocorrências relacionadas a discriminação e preconceitos relacionados à cor da pele ou raça (BRASIL, 2013; FREITAS *et al.*, 2020).

Neste contexto, estão as comunidades remanescentes de quilombolas, que habitam espaços secularmente ocupados por negros livres descendentes de escravos, que representam 5.972 localidades quilombolas em todo país. Destacando-se a presença destas em 1.674 municípios brasileiros, e de acordo com Fundação Cultural Palmares, destas 3 mil são certificadas como comunidades quilombolas (BRASIL, 2013; IBGE, 2021).

Os povos quilombolas no Brasil tem marcado na sua história questões que perpassam vulnerabilidade e luta pelo reconhecimento étnico-cultural e histórico, sendo que vários fatores além das questões públicas precisam ser considerados, como a localização geográfica, disparidades socioeconômicas, supressão dos seus valores étnicos e culturais, dentre outros problemas que tornam os tornam coadjuvantes na sociedade, limitando o direito de exercer a cidadania (Brasil, 2013; Kochergin *et al.*, 2020).

### 1 Direitos Humanos e os Povos Quilombolas

As legislações regulamentam ordens e normas jurídicas no país, a legislação Brasileira é formada por várias leis que integram o sistema normativo, sendo a Constituição Federal de 1988 a diretriz para construção das legislações e políticas públicas direcionadas a atender os direitos humanos previsto na carta magna como dignidade da pessoa humana, cidadania e igualdade (Brasil, 2013; Brasil, 2017; Piovesan, 2022).

Ao longo de décadas momentos históricos contribuíram para a promoção e proteção dos Direitos Humanos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948 e a Carta de Ottawa 1986, dentre outros documentos que ganharam importância central nas relações internacionais. Nos últimos anos a palavra Direitos Humanos auferiu grande valor baseado nas conjecturas, com finalidade de proteção da dignidade humana de maneira global (Freitas *et al.*, 2020; Piovesan, 2022).

Os direitos dos povos quilombolas são definidos como: direito de existir e viver a partir do modo de vida próprio destes grupos, fazendo com que a preservação das suas culturas, costumes e tradições seja garantida como direito fundamental (Brasil, 2013; Freitas *et al.*, 2020; Kochergin *et al.*, 2020).

A constituição federal foi a primeira a garantir os direitos quilombolas e agregou artigos que defendem a luta destes povos, como mencionado no art. 68 da Constituição Federal (1988) que reconhece a propriedade dos remanescentes das comunidades quilombolas no país (BRASIL, 2013; FREITAS *et al.*, 2020), conforme destaque, “art. 68. Aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos” (BRASIL, 1998).

Assim, compreende-se por direitos humanos amparado nos princípios constitucionais, que as garantias jurídicas universais têm objetivo de proteger pessoas, povos e grupos, sendo normas que resguardam e reconhecem a dignidade de todos os seres humanos. Os direitos humanos conduzem o modo como as pessoas vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o estado e as obrigações para as pessoas, povos e grupos (BRASIL, 1998).

A análise das dissertações e teses que dialogam com os direitos humanos são importantes para identificação das demandas, lacunas legislativas e constitucionais que dificultam a implementação dos direitos direcionados as populações quilombolas. Para tanto, esse estudo objetivou analisar as evidências científicas relacionadas aos direitos humanos dos povos quilombolas nas dissertações e teses brasileiras, disponíveis no banco de teses do portal da Coordenação e Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa documental, retrospectiva e descritiva, desenvolvida a partir da análise de teses e dissertações disponíveis no portal da Coordenação e Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa documental é considera fonte de dados documentos provenientes de fontes primárias e secundárias de informações. A exemplo documentos escritos, arquivos públicos; fontes oficiais online, fontes estatísticas e acervos particulares de instituições, dentre outros documentos classificados como documentos e fonte de dados (Marconi; Lakatos, 2021).

Considera-se neste estudo, como fonte de dados primários teses e dissertações, disponíveis online no portal da CAPES, publicadas nos últimos 10 anos sobre a temática “quilombolas”. Para maior confiabilidade deste estudo foi aplicada múltiplas técnicas analíticas: estatística simples; análise textual documental, conforme Bardin (2015) a utilização do *Software* IRAMUTEQ.

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa, ocorreu por meio análise documental conforme Cellard (2012), em duas etapas: preliminar e propriamente dita. A análise documental preliminar ocorre na fase de exame, avaliação e crítica documental. Nesta etapa foram realizadas análise dos contextos apresentados nos documentos que incluem avaliação global.

Neste estudo, buscou-se por teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da CAPES, desenvolvidas em programas de pós-graduação do Brasil, a coleta de dados foi realizada entre os meses de março a maio de 2023. Para seleção dos documentos, foi utilizado o descritor “quilombolas”, emergiram a partir desta busca inicial 1.460 documentos.

Na sequência foram aplicados os filtros: tipo: dissertação ou tese, publicadas nos últimos 10 anos (2013 a 2023), na grande área conhecimento ciências sociais aplicadas, área conhecimento: direito, direito público, direito constitucional; direito

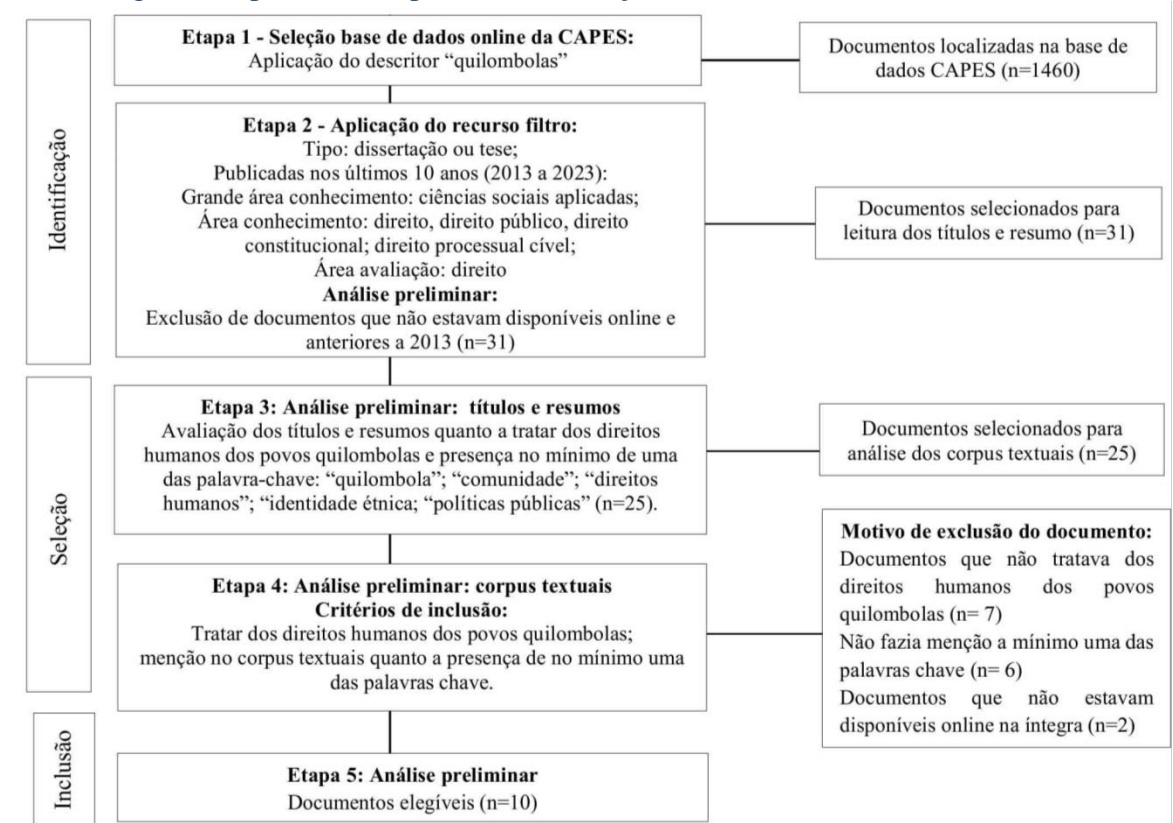
processual cível; área avaliação: direito, foram eliminadas nesta etapa as teses e dissertações que não estava disponíveis online na íntegra no portal CAPES até março de 2023 e anteriores a 2013, após aplicação destes critérios resultou da busca 31 documentos selecionados para leitura dos títulos e resumos.

Os documentos elegíveis nesta etapa, foram avaliados os títulos e resumo quanto a presença no mínimo de uma das palavras-chave: “quilombola”; “comunidade”; “direitos humanos”; “identidade étnica”; “políticas públicas”. Integraram nesta etapa 25 documentos que trataram da temática de maneira geral.

Posteriormente, foram aplicados os critérios de inclusão para análise de cada documento elegível: conter no corpus do documento uma das palavras-chave, ser documento de domínio público; publicações realizadas nos últimos 10 anos; apresentar informações quanto: fonte de origem, ano, natureza e autenticidade do texto (referências apresentadas).

Nesta etapa foram excluídos 7 que não tratava dos direitos humanos dos povos quilombolas; 6 que não fazia menção de palavras chave elencadas neste estudo no título ou resumo e 2 documentos não estavam disponíveis on-line na íntegra. Restaram como corpus para análise 10 documentos que atenderam aos critérios de inclusão, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1: Fluxograma explicativo do processo de seleção dos documentos



Fonte: Os autores, 2023.

Os documentos selecionados para corpus de análise foram lidos na íntegra para operacionalização de aspectos relevantes nos estudos. A organização das informações contou com elaboração de planilhas no Microsoft Excel® versão 2019, com as seguintes informações: Título, ano, autor, programa de pós-graduação, tipo de curso, Instituição de ensino do programa, objetivo geral da pesquisa, metodologia aplicada



ao estudo, sujeito da pesquisa, modo de aplicação dos direitos humanos e principais conclusões do estudo relacionadas aos direitos humanos. Os resultados referentes aos achados são descritos nos quadros 1 e 2. As palavras chave das dissertações analisadas estão dispostas no quadro 3.

Para análise dos documentos, foram realizada análise de conteúdo Bardin (2015), seguindo as seguintes etapas: 1) pré-leitura dos documentos considerando as palavra-chave: “quilombola”; “comunidade”; “direitos humanos”; “identidade étnica”; “políticas públicas”, objetivando a aquisição de uma visão global; 2) análise e leitura seletiva dos corpus textual com intuito de identificar as informações correspondentes ao objetivo da investigação e principais ações empregadas em cada documento; 3) categorização dos documentos identificados e agrupamento de acordo com a semelhança dos conteúdos; 4) análise descritiva e reflexiva dos dados resultantes das etapas anteriores que possibilitou emergir quatro categorias de discussão (1) Ação do direito; 2) Ação política; 3) Ação de igualdade; 4) Ação de proteção) as categorias que emergiram foram codificadas e os resultados foram apresentados no quadro 4.

Também foi aplicado o *Software* IRAMUTEQ para diversificar a análise e agregar robustez e cientificidade a pesquisa proposta. Este *Software* permite diferentes formas de análise de dados, desde análises textuais simples, como lexicografia que calcula a frequência de palavras, até análise de dados textuais de análises multivariadas. O menu de análises textuais do *Software* IRAMUTEQ tem disponível cinco possibilidades: 1) Especificidades e AFC, 2) Estatísticas (análises lexicográficas) 3) Nuvens de palavras, 4) Análise de similitude, 5) Classificação (método de Reinert). Nesta pesquisa, foi utilizado do *Software* IRAMUTEQ o recurso nuvem de palavras (Santos *et al.*, 2017; Sousa *et al.*, 2020).

Os documentos foram separados, mantendo-se a integralidade do texto analisado retirando apenas sinais, pontuação, números, símbolos, desenhos e imagens. Posteriormente as sínteses foram tratadas no editor bloco de notas, que realizou análise dos dados sistematizados com o auxílio do IRAMUTEQ, que por meio de gráficos, permitiu tratamento dos dados a partir do ambiente estatístico do *Software* R.

### 3 RESULTADOS

Emergiram neste estudo 10 dissertações e não foram identificadas teses sobre o assunto. Dentre estas dissertações foram disponibilizadas nos anos de 2013, 2014, 2016 e 2017, um trabalho a cada ano, em 2015 tiveram duas, e 2018, foram três trabalhos vinculados a temática abordada, sendo todos de autoria de profissionais do direito. Quanto a região, foram identificadas quatro em universidades pertencentes ao Centro-Oeste, três na região Sul, duas na região Norte e uma na região Nordeste do país. Se tratando da população estudada uma dissertação, envolveu mulheres e nove tiveram como sujeitos da pesquisa membros das comunidades quilombolas. Os títulos todos tratavam da temática das comunidades quilombolas e a relação com direitos humanos.

Quanto aos programas em que as dissertações estavam depositadas foram identificados em nas seguintes instituições de ensino: Faculdade de Direito do Sul de Minas; Universidade Federal de Goiás; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal do Par; Universidade Federal de Goiás; Centro Universitário de; Brasília; Universidade de Brasília; Universidade La Salle; Universidade do Estado do Amazonas.

Quanto aos programas originários, oito pertencentes ao programa de pós-graduação em direito, um programa de pós-graduação em direito agrário e um programa de pós-graduação em direito ambiental. No quadro 1 apresenta-se características das dissertações, conforme código, título, ano, autor, programa de pós-graduação, tipo de curso, Instituição de ensino do programa.

Quadro 1: Perfil das publicações identificadas no corpus textuais das dissertações analisadas

Código	Ano	Título	Autor	Programa, tipo curso e instituição
1		Os quilombolas: democracia e Culturalismo como respeito à diferença	Andreia Aparecida de Moreira Arruda	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Faculdade de Direito do Sul de Minas
2	2013	Territorialidades quilombolas e acesso à justiça: Do reconhecimento dos direitos à postura do judiciário brasileiro	Joao Vitor Martins Lemes	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade Federal de Goiás
3	2014	Lágrimas da liberdade: relatos de resistência de uma comunidade quilombola urbana. O quilombo dos Luizes	Juliano Bernardes do Amaral	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Pontifícia universidade católica de minas gerais
4	2015	O Direito quilombola na encruzilhada dos direitos fundamentais: marinha do Brasil x quilombo Rio dos Macacos	Marli Mateus dos Santos	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade Federal da Bahia

5	2015	<b>Indígenas e quilombolas Icamiabas em situação de violência: rompendo fronteiras em busca de direitos</b>	Mariah Torres Aleixo	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade Federal do Pará
6	2016	<b>As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga</b>	Cássius Dunck Dalosto	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito Agrário <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade Federal de Goiás
7	2017	Efetividade Do Princípio Constitucional Da Universalidade Da Cobertura E Do Atendimento Da Seguridade Social Como Fator De Inclusão Social Nas Comunidades Quilombolas: Estudo De Caso Na Comunidade Grotão No Município De Filadélfia - TO	Candida Dettenborn Nobrega	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Centro Universitário de Brasília
8	2018	Consulta prévia, livre e informada e o direito como produto dialético do conflito: o caso das comunidades quilombolas barro vermelho	Heiza Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade de Brasília



		e contente, no semiárido Piauiense frente a construção da ferrovia transnordestina		
9	2018	Os movimentos sociais e o direito: contribuição da corte interamericana de direitos humanos para o movimento quilombola	Marlise da Rosa Luz	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade La Salle – Canos Rio Grande do Sul
10	2018	Os quilombolas de são benedito e a constituição federal de 1988: da proteção à identidade cultural ao direito fundamental das terras de quilombo	Hilderley Rego Barbosa	<b>Programa:</b> Pós-Graduação em Direito Ambiental <b>Curso:</b> Mestrado <b>Instituição:</b> Universidade do Estado do Amazonas

Fonte: Os autores, 2023.

Os principais resultados referentes aos direitos humanos identificados evidenciam-se conforme, objetivo geral da pesquisa, metodologia aplicada ao estudo, sujeito da pesquisa, modo de aplicação dos direitos humanos e principais conclusão do estudo relacionadas aos direitos humanos. A síntese destes resultados segue apresentados no quadro 2 que segue.

Quadro 2: Síntese dos principais resultados referentes as dissertações analisadas que utilizaram os direitos humanos na pesquisa

Código	Objetivo geral da pesquisa	Metodologia aplicada ao estudo e sujeito da pesquisa	Modo de aplicação dos direitos humanos	Principais conclusões do estudo relacionadas aos direitos humanos
1	Discutir, a manutenção da cultura dos Povos Quilombolas.	Pesquisa bibliográfica, de análise pragmática	Reflexão sobre a questão de como conviver com a diferença e a diversidade a partir d	Respeitar a cultura desses povos quilombolas é o primeiro passo para o amadurecimento

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS RELACIONADOS AOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS QUILOMBOLAS.

		<b>Sujeito da pesquisa:</b> Quilombos	um parâmetro democraticamente viável e aplicado à realidade, sem, contudo, invadir o espaço coletivo de uma cultura diversa.	da pluriconvivência compreender a sua luta por sua identidade e reconhecer, de uma vez por todas, a sua necessidade e direito
2	Refletir acerca da questão territorial das comunidades quilombolas	Pesquisa exploratória cartográfica, qualitativa; <b>Sujeito da pesquisa:</b> Comunidade e quilombola	Análise reflexiva sobre a questão territorial das comunidades quilombolas, que tem seus direitos configurados a partir do reconhecimento, pelo ordenamento jurídico, de novas categorias, como a identidade e a territorialidade.	o judiciário se apresenta como uma importante instância de definição dos direitos das comunidades de quilombo, posto que, por meio de sua atuação proativa, as decisões proferidas podem vincular a atuação dos demais poderes.
3	Conhecer o objeto e verificar a efetividade dos direitos das comunidades quilombolas.	Pesquisa documental e análise antropológica <b>Sujeito da pesquisa:</b> Comunidade e quilombola dos Belo Horizonte	Reflexão sobre a situação do negro brasileiro, em especial, das comunidades quilombolas formados pelos descendentes da escravidão	A luta e o grito por socorro dos negros ecoam por todo o território brasileiro na busca do reconhecimento da liberdade e do direito à igualdade, observa-se que ainda há muito a ser feito no Brasil para o reconhecimento das propriedades

				negras e a efetivação dos direitos.
4	Discutir as linhas de tensão no campo do Direito Público, pela proposição de um Direito Quilombola	Revisão bibliográfica; <b>Sujeito da pesquisa:</b> Quilombolas	Análise acerca a complexidade idiossincrática das comunidades quilombolas	Ancorado nos valores civilizatórios afro-brasileiros, o Direito Quilombola é devir necessário para pensar no exercício jurídico dentro da transversalidade epistemológica para contemplar os quilombolas em sua dimensão ética, estética e jurídica.
5	Investigar como se manifesta a violência contra a mulher no campo, entre trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas	Ferramentas teórico metodológicas da antropologia, pesquisas sociais qualitativas <b>Sujeito da pesquisa:</b> Mulheres indígenas e quilombolas	Reflexões da antropologia feminista para compreender as situações de violência que mulheres indígenas e quilombolas têm enfrentado em suas relações interpessoais e as estratégias de que lançam mão para suportar ou resistir	As protagonistas enfrentam violências que envolvem inúmeras formas de diferenciação, tais como gênero, raça/cor, etnia, classe, religião. Suas estratégias de enfrentamento são inúmeras, fazendo mais ou menos uso do direito estatal (Lei Maria da Penha) na resolução dos conflitos.

6	Analisar as políticas públicas do governo federal destinadas às comunidades quilombolas brasileiros.	Estudo de caso qualitativo pesquisa de campo exploratória descritiva; <b>Sujeito da pesquisa:</b> Comunidade quilombola Kalunga	Discute-se acerca da efetividade dessas políticas públicas federais na realidade social, buscando apontar os principais problemas na sua execução, sobretudo na comunidade quilombola Kalunga	Observa-se que as políticas, em sua maioria, são, de fato, políticas públicas gerais, por meio das quais se destinam verbas “especiais” para as comunidades quilombolas, tendo em vista a situação de insegurança social em que vivem e, portanto, necessitam de maior atenção do Estado.
7	Analisar a efetividade do princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social na comunidade quilombola.	Estudo de caso dedutivo descritivo bibliográfico, documental, Qualitativa; <b>Sujeito da pesquisa:</b> Comunidade quilombola Grotão do município de Filadélfia - TO.	Análise reflexiva sobre a efetividade do princípio constitucional da universalidade da cobertura e do atendimento da seguridade social como fator de inclusão social nas comunidades quilombolas	A ausência de justiça social com restrições a direitos sociais mínimos, por sua vez, abala a cidadania e a dignidade da pessoa humana, maculando direitos fundamentais, dentre eles à inclusão social.
8	Compreender o fenômeno jurídico, destacando	Pesquisa participante qualitativa <b>Sujeito da pesquisa:</b>	Compreender a dinâmica sobre o conflito envolvendo as comunidades	O processo dialético com as normas postas, as interpretações

	seus aspectos enquanto campo, estrutura e essência.	Comunidades quilombolas	quilombolas Conteúdo e Barro Vermelho e as questões jurídicas envolvidas buscando perceber na dialética destes.	e aplicações realizadas pelos órgãos e agentes privados no conflito, as comunidades realizaram processo de enunciação de direitos sobre seu território e modo de vida, relacionando ao direito à Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI).
9	Identificar o desenvolvimento da proteção internacional dos direitos quilombolas e os nexos com o ativismo judicial transnacional.	Estudo de caso revisão bibliográfica; <b>Sujeito da pesquisa:</b> Comunidade quilombolas	Análise sobre as interpretações adotadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH) em relação aos direitos violados, considerando a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, e de que forma convergem para a promoção, ampliação e fortalecimento do movimento quilombola.	Verifica-se que a Corte IDH tem enfrentado questões que envolvem os interesses quilombolas, bem como, tem se posicionado em múltiplos contextos de análise.
10	Analisar a proteção à identidade cultural como direito fundamental	Estudo de caso qualitativo; <b>Sujeito da pesquisa:</b> Quilombolas do	Compreender e dar visibilidade a questão do processo identitário e cultural pelos quais a	Difícilmente a técnica, a locução ou a retórica serão capazes de traduzir o verdadeiro

	l à terra ocupada pelo Quilombo a partir da Constiuição Federal de 1988.	Barranco de São Benedito Manas	Comunidade do Barranco de São Benedito passou e passa ao longo de todo processo de autorreconhecimento que possibilitou a mesma a se constituir numa comunidade quilombola	impacto causado pelo descaso na vida da comunidade.
--	--	--------------------------------	--	---

Fonte: Os autores, 2023.

As palavras-chave apresentadas nas dissertações evidenciaram variações, sendo que das 35 palavras-chave encontradas, prevaleceu: comunidades quilombola (n=6), quilombolas (n=3), igualdade (n=2) e demais palavras com um registro cada conforme apresentado no quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Palavras-chave proveniente das dissertações analisadas neste estudo (n=10)

Palavr a-chave	f	Palavr a-chave	f	Palavr a-chave	f
Comunidade s quilombola	6	Diferença	1	Liberdade	1
Quilombola s	3	Direito Agrário	1	Marinha do Brasil	1
Igualdade	2	Direito como Liberdade	1	Povos indígenas	1
Acesso à justiça	1	Direitos Fundamenta is	1	Mulheres em situação de violência	1
Ativismo jurídico	1	Direitos Humanos	1	Quilombo Rio dos Macacos	1
Campesinato	1	Direito Quilomool a	1	Sociologia crítica	1
Constituição de 1988.	1	Grupos vulneráveis	1	Seguridade social	1



Condição social	1	Identidade	1	Território	1
Democracia	1	Lei Maria da Penha	1	Território quilombolas	1
Total = 35					

f: frequência

Fonte: Os autores, 2023.

Para aprofundamento da análise, correlacionados aos objetivos apresentados e modos de aplicação dos direitos humanos dos povos quilombolas nas pesquisas, foi realizada análise de conteúdo conforme Bardin (2015) nas dissertações analisadas (n=10). Baseadas nos princípios de direitos humanos estabelecidos por Piovesan (2022), que considera os direitos humanos, enquanto axiológico, que estão em constante processo de redefinição e elaboração e se caracterizam pela universalização, internacionalização e englobam princípios de dignidade humana, direitos fundamentais, sociais, pluralismo, diversidade cultural, grupos étnicos e identidade cultural.

Resultaram da categorização e codificação dos estudos quatro categorias: 1) Ação do direito: direitos humanos e direitos fundamentais 2) Ação política: políticas públicas, políticas sociais e pluralismo jurídico; 3) Ação de igualdade: diversidade cultural e grupo(s) étnico(s) 4) Ação de proteção: norma(s) jurídica(s) e território(s). As categorias que emergiram foram codificadas e os resultados foram apresentados no quadro 4.

Quadro 4: Domínios possíveis da aplicação da análise de conteúdo

<b>Categorização aplicadas aos direitos humanos dos povos quilombolas</b>	<b>Codificação</b>
<b>Ação do direito</b>	direitos humanos (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9), (10)
	direitos fundamentais (1), (2), (3), (5), (6), (8), (9), (10)
<b>Ação política</b>	políticas públicas (1), (4), (5), (6), (7), (8), (10)
	políticas sociais (1), (3), (4), (5), (6), (8), (9)
	pluralismo jurídico (1), (3), (4), (5), (7)
<b>Ação de igualdade</b>	diversidade cultural (1), (2), (4), (5), (8), (9)
	grupo (s) étnico (s) (1), (2), (4), (5), (6), (10)
<b>Ação de proteção</b>	norma (s) jurídica (s) (1), (3), (4), (5), (8), (9)
	território (s) (1), (3), (4), (5), (6), (7), (10)

Fonte: Os autores, 2023.

Para aprofundamento e representação didática da análise a partir do corpus textual, os resultados provenientes das dissertações (n=10) foram processados por meio do *Software* IRAMUTEQ, que possibilitou visualizar as palavras que obtiveram maior porcentagem quanto à frequência média entre si e diferenças entre elas. Foi realizada análise lexicográfica unificada das classes conforme resumo das dissertações analisadas (estudo\_1...estudo\_10) que resultou em nuvem de palavras, apresentada na figura 2.

Figura 2: Nuvem de Palavras unificada conforme dados resultantes das dissertações (n=10) analisadas



Fonte: Os autores (2023). Organizado pelo *Software* IRAMUTEQ.

#### 4 DISCUSSÃO

As pesquisas na área das ciências sociais aplicadas na interface do direito têm aumentado nos últimos dez anos fortalecendo a área (Pimenta, 2017). Este progresso pode ser confirmado nas crescentes publicações dos periódicos na área de direito humano e o aumento de pesquisas relacionadas ao tema disponíveis no banco dados CAPES, principalmente as desenvolvidas em programas de pós-graduação em direito do Brasil (Dibbern *et al.*, 2018; Cabral *et al.*, 2020).

A pesquisa realizada neste estudo corroborou com a confirmação destes dados, principalmente ao se tratar da temática dos direitos humanos dos povos quilombolas. Resultados semelhante foi descrito em estudos que analisou o panorama de produções

científicas sobre a temática dos direitos humanos que apontou crescimento maior em números de produções a partir dos anos 2000 na área do direito (Dibbern *et al.*, 2018).

As principais instituições de origem das dissertações foram regiões Centro-Oeste e Sul. A região Sudeste do Brasil é prevalente no número de programas de Pós-Graduação, com aumento nos últimos oito anos em números de cursos de pós-graduação aprovados pela Capes (média 9% ao ano). As áreas com maior número de alunos são Ciências Humanas e Engenharias, Ciências da Saúde e Ciências da Computação (BRASIL, 2022).

Estas informações são divergentes aos resultados encontrados nesta pesquisa que apontou maior prevalência das produções científicas relacionadas aos direitos humanos dos povos quilombolas na região Centro-Oeste. Este perfil de publicação pode ser explicado pela concentração de maior no número de pessoas pretas e pardas nesta região (55.8%) conforme dados do IBGE em relação a distribuição desta população por cor ou raça. Quanto aos percentuais de comunidades quilombolas são registradas na região Nordeste 3.171, região Sudeste com 1.359 e Centro-Oeste 250 comunidades (IBGE, 2021; Brasil; 2022).

Ainda nesse ímpeto a CAPES aponta aumento nos números de mestres e doutores na última década. De acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC), foram registrados no ano de 2010, 39.590 mestres e doutores titulados no país, em 2019 foram 68.877. A expansão da pesquisa na área do direito na última década pode ser justificada pelo aumento dos cursos de aperfeiçoamento, mestrado, doutorado e pós-doutorado, conseqüentemente houve crescimento em relação as produções cinéticas, fomentado o desenvolvimento das pesquisas na área (Cabral *et al.*, 2020; INEP; 2020).

No que tange as palavras-chave encontradas, estas indicaram a representação temática dos estudos relacionados aos direitos humanos dos povos quilombolas. De acordo com Marconi; Lakatos (2021), as palavras-chave indexadas aos estudos são importantes para indicar as principais informações apresentadas no corpus textual e devem estar de acordo com a nomenclatura das bases de dados científicas e necessitam informar e delimitar o campo da ciência a ser estudado sobre a temática e estado de arte do estudo da pesquisa.

As dissertações analisadas, mencionaram os quilombolas no título e trataram dos direitos humanos, atendendo os requisitos de apresentar os elementos de destaque

na composição do estudo e exibir de forma específica e clara as inclinações, aptidões, possibilidades e tendências abordadas nas pesquisas analisadas.

Em relação aos aspectos metodológicos, a maioria adotou abordagem qualitativa. Esta predominância corrobora com os resultados de estudo que caracterizou as produções científicas brasileiras sobre população negra e constatou que a maioria dos estudos foram do tipo qualitativos (Ribeiro, 2018; Batista *et al.*, 2022).

A significativa prevalência dessa abordagem metodológica pode ser justificada pela visão holística do ser humano, questões subjetivas e desvelamento dos significados, vivências, valores e crenças desta população. Todavia, é evidente a necessidade da realização de mais estudos, sejam eles quantitativo, qualitativo ou mistos, acerca das comunidades quilombolas e seus integrantes, considerando-se a relevância do tema (Ribeiro, 2018; Batista *et al.*, 2022).

Em relação ao conteúdo emergente da análise bibliométrica destacou-se: ação do direito; ação política; ação de igualdade e ação de proteção. A primeira categoria análise foi ação do direito (direitos humanos e direitos fundamentais) que trazem nas dissertações analisadas o entendimento que ação do direito são baseadas nos princípios democráticos de direitos humanos, fundamentais, social e dignidade, abarcados pelas leis que tratam dos direitos dos povos quilombolas.

A codificação, direitos humanos resultantes desta categoria (ação do direito) estavam relacionados nos estudos com ações ligadas aos princípios de dignidade, inviolabilidade do direito à vida, liberdade, segurança e propriedade (Arruda; 2013; Amaral; 2014; Santos, 2015; Dalosto, 2016; Dettenbornn, 2017; Barbosa, 2018).

A codificação dos direitos fundamentais identificadas em todas as dissertações, tratou dos princípios da dignidade humana, autonomia, cidadania, soberania popular, liberdade, respeito, diversidade cultural e garantia do direito à propriedade (Arruda, 2013; Lemes; 2014; Amaral, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Dalosto, 2016; Dettenbornn, 2017; Aguiar, 2018; Luz, 2018; Barbosa, 2018).

A segunda categoria de ação política (políticas públicas, políticas sociais e pluralismo jurídico) foram consideradas nas dissertações como ações desenvolvidas e implementadas pelos governos para garantir direitos em áreas diversas como educação, saúde, lazer e território (Amaral, 2014; Santos, 2015; Dalosto, 2016; Dettenbornn, 2017; Aguiar, 2018; Luz, 2018).

A codificação inicial desta categoria (políticas públicas), tratou dos programas governamentais estabelecidos, da garantia do direito a cultura, saúde, trabalho, educação, segurança, participação da população negra nos processos de desenvolvimento, reparação e ações afirmativas (Arruda, 2013; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Dalosto, 2016; Dettenbornn, 2017; Aguiar, 2018; Barbosa, 2018).

As políticas sociais codificadas nas dissertações provêm do sentido de inclusão, participação social das pessoas negras em relação ao respeito, proteção, moradia, transporte, lazer, previdência social, assistência e amparo (Arruda, 2013; Amaral, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Dalosto, 2016; Aguiar, 2018; Luz, 2018).

O pluralismo jurídico foi codificado como jurisdição dos povos quilombolas, multiculturalismo, direito à identidade cultural, valorização da cultura negra, combate à discriminação, violência racial e desigualdades sociais (Arruda, 2013; Amaral, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Dettenbornn, 2017).

A terceira categoria que emergiu das dissertações analisadas foi ação de igualdade (diversidade cultural e grupo (s) étnico (s)) relacionadas a igualdade social, racial, dignidade, diversidade cultural, igualdade de direitos dos seres humanos e igualdade na obtenção do direito à propriedade (Arruda, 2013; Lemes, 2014; Santos, 2015; Barbosa, 2018).

A codificação da diversidade cultural foi apresentada nas dissertações como identidades de grupos, direito à diferença cultural, linguística, reafirmação da forma de viver dos povos quilombolas e respeito as diferenças individuais e coletivas (Arruda, 2013; Lemes, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Aguiar, 2018; Luz, 2018). Os grupos étnicos foram relacionados nos estudos as codificações a respeito da ancestralidade, traços culturais comuns aos grupos, heterogenia dos grupos e a diversidade (Arruda, 2013; Lemes, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Dalosto, 2016; Barbosa, 2018).

A quarta categoria evidente foi a que tratou da ação de proteção (normas jurídicas e territórios) que abordou a proteção jurídica dos povos quilombolas e dos direitos dos povos, pessoas negras, aspectos religiosos, culturais, trabalho, territoriais e patrimoniais (Arruda, 2013; Amaral, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Aguiar, 2018; Luz, 2018). As normas jurídicas, foram codificadas nas pesquisas, quanto aos princípios constitucionais abarcados sob aspectos relacionados a saúde, trabalho, educação, segurança, direitos dos povos quilombolas e seus integrantes, aspectos da

religiosos e multiculturalistas (Arruda, 2013; Amaral, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Aguiar, 2018; Luz, 2018).

As codificações em relação aos territórios foram ligadas a questões agrárias, preservação das características culturais, direito e defesa ao território, atividades de subsistência, titulação, demarcação, ocupação, cuidado territorial e cidadania (Arruda, 2013; Amaral, 2014; Santos, 2015; Aleixo, 2015; Dalosto, 2016; Dettenbornn, 2017; Barbosa, 2018).

Através da análise bibliométrica (codificações e categorizações) empregadas neste estudo, foi possível dimensionar e compreender as ações voltadas aos direitos humanos atreladas ao contexto sociocultural que envolve os povos quilombolas abordados nos estudos analisados e suas problemáticas que envolve a vulnerabilidade e diversidade desta população.

Quanto a análise lexicográfica, nuvem de palavras unificadas, aflorando: jurídico, humano, social, fundamental, público e cultural. Convergindo com esse resultado, a pesquisa de Luz (2018), analisou o movimento quilombola na construção e reconhecimento de direitos; assim como Barbosa (2018), que debateu a proteção à identidade cultural dos povos quilombola. Algumas dissertações analisaram as negligências públicas vivenciadas pelos quilombolas (Amaral, 2014; Aleixo, 2015; Dalosto, 2016; Dettenbornn, 2017; Aguiar, 2018; Luz, 2018; Barbosa, 2018).

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa analisou estudos relacionados aos direitos humanos dos povos quilombolas e as ações aplicadas através do direito, visando identificar as demandas apresentadas deste povo. Verificou-se lacunas na valorização e afirmação da cultura, linguística, religião, trabalho, patrimônio e território destas comunidades.

Os resultados apontaram para a necessidade da condução de pesquisas valorizando o aprofundamento teórico e metodológico, de modo a fomentar medidas governamentais para proteção à identidade cultural, aplicabilidade dos direitos fundamentais e respeito aos direitos humanos, incorporando valores multiculturais, conforme preconiza os preceitos constitucionais brasileiros.



## 6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, H. M. D. S. P. **Consulta prévia, livre e informada e o direito como produto dialético do conflito: o caso das comunidades Quilombolas Barro Vermelho e contente, no semiárido piauiense frente a construção da ferrovia transnordestina.** Dissertação (mestrado em Direito). Universidade de Brasília. Brasília, DF. 101f. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34017>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ALEIXO, M. T. **Indígenas e quilombolas icamiabas em situação de violência: rompendo fronteiras em busca de direitos.** Dissertação (mestrado em Direito). Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Universidade Federal do Pará. Belém, PA. 186f. 2015. Disponível em: <https://www.ppgd.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes>. Acesso em: 16 mar. 2023.

AMARAL, J. B. **Lágrimas da liberdade: relatos de resistência de uma comunidade Quilombola urbana. O Quilombo dos Luízes.** Dissertação (mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 229f. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream>. Acesso em: 16 mar. 2023.

ARRUDA, A. A. D. M. **Os Quilombolas: democracia e culturalismo como respeito à diferença.** Dissertação (mestrado em Direito). Faculdade de Direito do Sul de Minas. Pouso Alegre, MG. 87f. 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10509/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BARBOSA, H. R. **Os Quilombolas de São Benedito e a Constituição Federal de 1988: da proteção à identidade cultural ao direito fundamental das terras de Quilombo.** Dissertação (mestrado em Direito Ambiental). Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, MA. 181f. 2018. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/bitstream>. Acesso em: 16 mar. 2023.

BATISTA, L. E.; SANTOS, M. P. A.; CRUZ, M. M.; SILVA, A.; PASSOS, S. C. S.; RIBEIRO, E.; TOMA, T. S.; BARRETO, J. O. M. Produção científica brasileira sobre saúde da população negra: revisão de escopo rápida. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3849-3860, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/f5t9bY35ZxwRpLz9c7RTMpc/?lang=pt>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BRANDAU, R. Monteiro R, Braile DM. Importância do uso correto dos descritores nos artigos científicos. **Rev. Bras. Cir. Cardiovasc.**, v. 20, n. 1, p. VII-IX, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbccv/a/YjJ9Hw34dfDTJNcTKMFnKVC/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPg 2021-2030**. Brasília: CAPES, 2022. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf). Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto Nº 4887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria de Políticas Para Comunidades Tradicionais. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CABRAL, T. L. de O.; SILVA, F. C. da; PACHECO, A. S. V.; MELO, P. A. de. A Capes e suas Sete Décadas: trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG**, Brasília, v. 16, n. 36, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/1680>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 295-316.

DALOSTO, C. D. **As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos Quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga**. Dissertação (mestrado em Direito agrário). Universidade Federal de Goiás. 196f. Goiânia, GO. 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/6013>. Acesso em: 16 mar. 2023

DETTENBORN, C. N. **Efetividade do Princípio Constitucional da Universalidade da Cobertura e do Atendimento da Seguridade Social como Fator de Inclusão Social nas Comunidades Quilombolas: Estudo de Caso Na Comunidade Grotão no Município de Filadélfia - TO**. Dissertação (mestrado em Direito). Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Brasília, DF. 113f. 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/12779>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DIBBERN, T. A.; CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Educação em direitos humanos: um panorama do compromisso social da universidade pública. **Educação**

**ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS RELACIONADOS AOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS QUILOMBOLAS.**

em **Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e176658, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VPfPJq8H5MxHRw4wfx3MGLx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FREITAS, I. A.; RODRIGUES, I. L. A.; SILVA, I. F. S.; NOGUEIRA, L. M. V. Perfil sociodemográfico e epidemiológico de uma comunidade quilombola na Amazônia Brasileira. **Revista Cuidado**, v. 9, n. 2, p. 2187-200, 2018. Disponível em: <https://revistacuidarte.uedes.edu.co/index.php/cuidarte/article/view/521/936>. Acesso em: 01 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Projeção da população 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2020. Sinopse Estatística**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 21 mar. 2023.

KOCHERGIN, C. N.; PROIETTI, F. A.; CÉSAR, C. C. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil: autoavaliação de saúde e fatores associados. **Caderno Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1487-1501, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00141213>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LEMES, J. V. M. **Territorialidades Quilombolas e acesso à justiça: do reconhecimento dos direitos à postura do judiciário brasileiro**. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, GO. 140f. 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7671>. Acesso em: 26 mar. 2023.

LUZ, M. R. **Os Movimentos Sociais e o Direito: a contribuição do ativismo jurídico transnacional e da corte interamericana de direitos humanos para o movimento Quilombola (2005-2017)**. Dissertação (mestrado em Direito). Universidade La Salle. Canoas, RS. 127f. 2018. Disponível em: <http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/1203>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

PIMENTA, A. A.; PORTELA, A.; OLIVEIRA, C.; RIBEIRO, R. M. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. **Scientia**, v. 4, n. 7, p. 1-13, 2017. Disponível em: <https://docplayer.com.br/137842425-A-bibliometria-nas-pesquisas-academicas.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

RIBEIRO, A. C. A produção científica em direitos humanos nos países do sul global: uma análise bibliométrica e cientométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 4, p. 234-235, 2018.

**ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS RELACIONADOS AOS DIREITOS HUMANOS DOS POVOS QUILOMBOLAS.**

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23094>. Acesso em: 30 maio 2023.

SANTOS, M. M. **O Direito Quilombola na encruzilhada dos Direitos Fundamentais: Marinha do Brasil x Quilombo Rio dos Macacos.** Dissertação (mestrado em Direito). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito. Salvador, BA. 130f. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17238>. Acesso em: 16 mar. 2023.